Encontro Nacional de Produção, Análise e Disseminação de Informações sobre as Favelas e Comunidades Urbanas do Brasil

Roda de Conversa 6
Uso, apropriação e expectativas em relação às informações produzidas pelo IBGE sobre as favelas e comunidades urbanas brasileiras

Cleandro Krause
técnico de planejamento e pesquisa do Ipea

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

SOBRE CONSENSOS

O PRIMEIRO CENSO DE FAVELAS DO IBGE (1950) E OUTROS LEVANTAMENTOS CONTEMPORÂNEOS

- O que deveria ser considerado favela?

  "Os aglomerados que o consenso público classifica como tal, estejam situados nos morros ou em qualquer outra parte" (IBGE, 1953, p. 17).

  Mas haveria

  ..."um número muito maior de pessoas na condição de favelados" (ibid., p. 16, grifo no original), vivendo em casebres fora das favelas, segundo o Serviço Nacional de Febre Amarela.

- Quem poderia compor o consenso? Demais instituições que faziam pesquisa urbana ainda eram recentes (Fundação Leão XIII e SAGMACS em 1947), portanto, supõe-se que o consenso não estaria baseado apenas em quem realizava as pesquisas.

O “LEVANTAMENTO ECONÔMICO-SOCIAL DAS MALOCAS EXISTENTES EM PORTO ALEGRE” (1951)

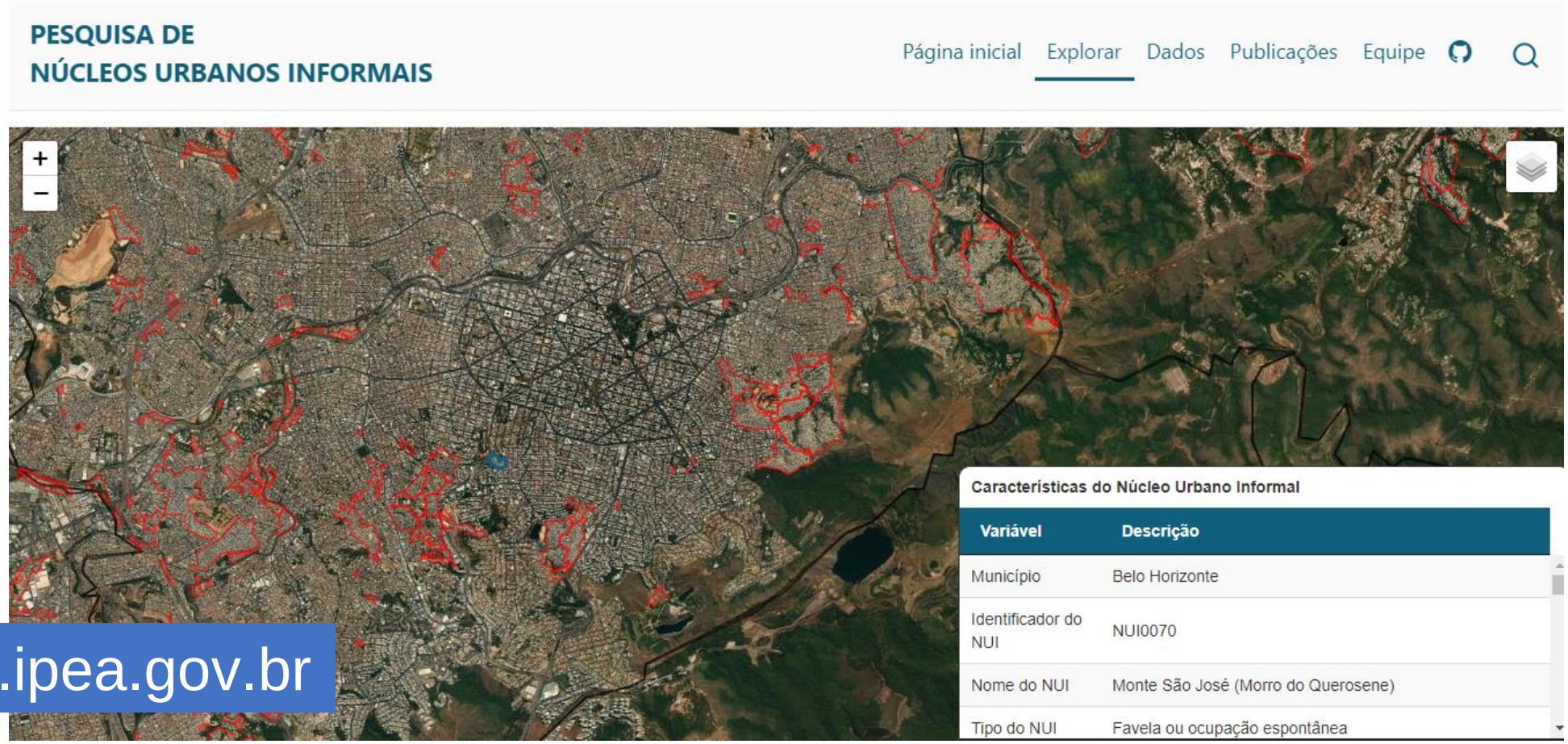
- Esforço de “localização de malocas” iniciado em 1947: “pequeno casebre, geralmente feito de tábuas velhas, equivalente à favela carioca e ao mocambo pernambucano”.
- Quem produziu o consenso? Veja-se a composição da comissão que apresentou o relatório ao prefeito:
  - Dr. Aroldo Silveira – Presidente da Comissão – Engenheiro – Diretor Regional do SENAI
  - Arquimedes Fortini – Jornalista
  - João Oswaldo Rentzch – Vice-presidente da LBA – Diretor da Cia. Telefônica Nacional – Comerciante
  - Cel. Júlio S. Barão – Chefe do Estado Maior da Brigada Militar
  - Dr. Fernando M. Ribeiro – Sub-Diretor Geral de Urbanismo da Prefeitura Municipal
  - Otacílio Ayres Antunes – Chefe de Expediente da Administração da Limpeza Pública
  - Dr. Ciro Domingues – Oficial Administrativo padrão “S” – Responsável pelo Serviço de Habitação Popular da Prefeitura

QUEM NOMEIA FIXA FRONTEIRAS (E, PORTANTO, PRODUZ CONSENSOS)

- “O direito dos senhores de dar nomes vai tão longe que se pode considerar a própria origem da linguagem como um **ato de autoridade** que emana dos que dominam. Disseram: ‘Isto é tal e tal coisa’, vincularam a um objeto ou a um fato, tal ou qual vocábulo, e dessa forma **tomam posse** dele” (Nietzsche, 2017, p. 37).
- O **Estado** é o “detentor do monopólio na nomeação oficial, **da boa classificação, da boa ordem**” (Bourdieu, 1989, p. 149).

INFORMAÇÕES PRODUZIDAS PELO IBGE APOIAM A CONSTRUÇÃO DE (OUTROS) CONSENSOS (PARA FINS ESPECÍFICOS)

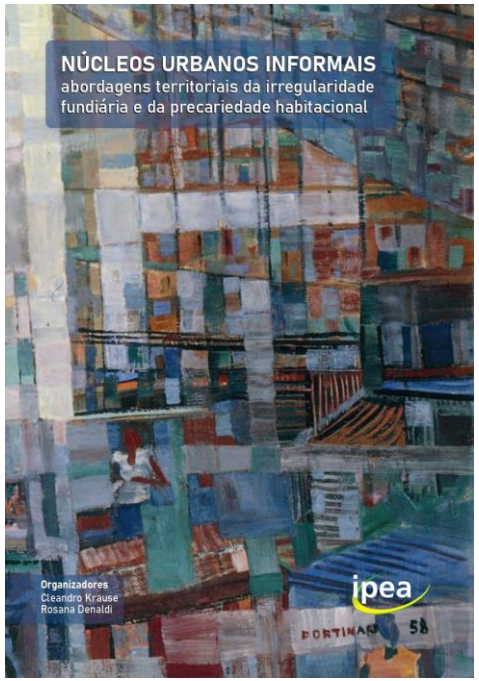
- Divulgação dos AGSN 2019 foi fundamental para a identificação em campo de núcleos urbanos informais, em pesquisa piloto coordenada pelo Ipea, por solicitação da SNH/MDR.



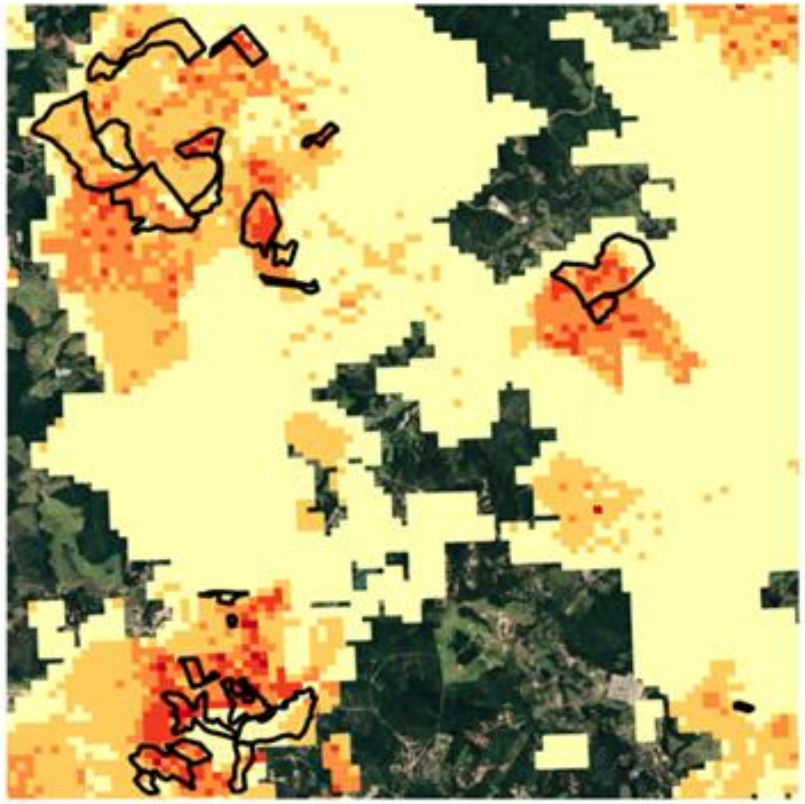
pnui.ipea.gov.br

COMO O IPEA USA INFORMAÇÕES PRODUZIDAS PELO IBGE

- Na pesquisa NUI, o Censo Demográfico foi fonte de variáveis elaboradas para estimação estatística da presença de NUI (Feitosa et al., 2022), “em ambos os lados da equação”.



Modelo Y=AGSN e polígonos AGSN



Modelo Y=AGSN e polígonos NUI

Legenda

- 0,0000 - 0,0525
- 0,0525 - 0,1592
- 0,1592 - 0,3393
- 0,3393 - 0,6134
- 0,6134 - 1,0000

SOBRE LACUNAS

COMO O IPEA USA INFORMAÇÕES PRODUZIDAS PELO IBGE

- Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) / Plataforma Atlas da Vulnerabilidade Social nos municípios e regiões metropolitanas brasileiras

Variáveis dos Censos Demográficos 2000 e 2010 → Cálculo de 16 indicadores e normalização (0 é situação desejável, 1 é pior situação) → Cálculo de 3 subíndices: (i) Infraestrutura Urbana (ii) Capital Humano (iii) Renda e Trabalho → Cálculo do IVS (média aritmética dos subíndices)

ivs.ipea.gov.br

O IVS E SUA RELAÇÃO COM DUAS ABORDAGENS DA VULNERABILIDADE SOCIAL

Vulnerabilidade de ativos (Moser, 1998)

- Privação de “ativos” materiais e simbólicos (emprego, moradia, capital humano, capital social, entre outros) ou incapacidade de manejar adequadamente os ativos que possuem
- Superação da vulnerabilidade depende, ou da obtenção de ativos, ou da sua melhor utilização (neste caso, em uma lógica de vulnerabilidade exclusivamente individual)

Vulnerabilidade à desfiliação (Castel, 1994; 1998):

(i) mundo do trabalho:

a. estável

b. precário

c. não trabalho

(ii) relações de proximidade (familiares, de vizinhança e comunitárias):

a. fortes: em base familiar segura ou amigos e parceiros estáveis

b. frágeis: relações familiares esgarçadas, amizades e parcerias instáveis e inseguras

c. nenhuma: isolamento social

UMA APROXIMAÇÃO A LACUNAS DE INFORMAÇÕES

- O Censo Demográfico contempla uma **abordagem de ativos**, especialmente no nível do domicílio (condições edilícias e de infraestrutura) e dos indivíduos e famílias (capital humano). **Essa abordagem de ativos está muito presente no IVS**.
- O Censo também permite **inferências sobre a inserção do indivíduo no mundo do trabalho, mas cabem críticas: está muito estruturado no assalariamento, além do que a família ou o domicílio não contêm todas as relações que permitem a sua subsistência**, especialmente em assentamentos populares.
- **Introduzir a noção de unidade doméstica**, "**microunidade de organização dos sistemas de reprodução**, a **célula da economia popular**".

Seu principal recurso é o **fundo de trabalho**, "conjunto de **capacidades** dos membros da unidade doméstica para antecipar produtos que satisfazem suas necessidades, e **trabalhar para obtê-los diretamente ou através do intercâmbio com outros trabalhos e produtos**; seja através do trabalho assalariado ou do trabalho que produz bens e serviços como mercadorias" (Coraggio, 1999).

UMA APROXIMAÇÃO A LACUNAS NAS INFORMAÇÕES PRODUZIDAS PELO IBGE

- A **falta de informações sobre relações de proximidade** limita a própria construção de ferramentas de análise que podem servir às políticas públicas, como o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) do Ipea:

  > "**IVS** [...] **não pretende dar conta da dimensão das relações de proximidade**, na medida em que estas não podem ser aferidas a partir dos dados estatísticos disponíveis, pois não são objeto de pesquisas censitárias ou outras" (Costa et al., 2018).

SOBRE POSSIBILIDADES

RELAÇÕES DE PROXIMIDADE E POTÊNCIAS

- Premissa 1: a provisão de bens e serviços leva a “mudança de sinal”, da ausência para a presença, mas isso não necessariamente produz potência
- Premissa 2: a definição de potências não pode ser só de indivíduos/individual
- Hipótese: em assentamentos populares, relações de proximidade seriam mais intensas que em outras partes da cidade, pois

(i) o modo como se deu sua formação envolveria a ativação dessas relações desde o primeiro momento, necessariamente, em processos de resistência e produção do espaço que envolveram ajuda mútua

(ii) haveria uma permanência (e transformação) dessas relações em um cotidiano que continuaria a exigir esforços coletivos, de cooperação, de solidariedade, de reciprocidade ou contra-dom...

- Questões orientadoras: Como avançar no conhecimento das relações de proximidade? Como esse conhecimento poderia apontar as potências dos assentamentos populares?

EM BUSCA DA DELIMITAÇÃO DE ASSENTAMENTOS POPULARES “DE DENTRO PARA FORA”: QUESTÕES TEÓRICAS, METODOLÓGICAS E OPERACIONAIS

- Seriam as relações de proximidade constituintes dos assentamentos populares?
- De uma “geração cidadã de dados” rumo a uma “geração cidadã de uma teoria dos assentamentos populares”: uma teoria que vincule relações de proximidade a potências?
- Como desenhar redes baseadas em relações de proximidade a partir de informações no âmbito dos domicílios?
- Havendo respostas “em comum”, essas informações poderiam fazer “dialogar” domicílios entre si? (desenhar uma rede explícita)
- Se isso não for possível, ao menos seria possível uma leitura de “densidades” de relações de proximidade? (uma rede implícita)

Obrigado!

cleandro.krause@ipea.gov.br